CÂMARA MUNICIPAL
GOIANINHA

SANCIONO
AUTOR: Chefe do Executivo Municipal

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 20 de dezembro de2021

Hosanira Galvão
HOSANIRA GALVÃO
Prefeita

LEI N.º 2.141/2021

Dispõe sobre a doação de bem imóvel do Patrimônio Municipal no Polo Industrial "Geraldo Rocha e Silva" para a **Empresa Avelino Irmãos Construções Ltda**, e dá outras providências.

HOSANIRA GALVÃO, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

FAÇO SABER a Câmara Municipal de Goianinha/RN **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a doar a Empresa **Avelino Irmãos e Construções - LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.195.810/0001-09, com sede social na Avenida Geogenor Chaves Barbalho, nº 1.421, Distrito Industrial - Goianinha/RN, uma área de terreno de 40.000,801m² (quarenta mil, e oitenta metros quadrados), perfazendo um perímetro de 845,72 m² (oitocentos e quarenta e cinco, setenta e dois metros quadrados), sem benfeitorias, com matrícula n.º 2.121, situado às margens da Avenida Geogenor Chaves Barbalho, com as seguintes medidas e confrontações:

AO NORTE: Patrimônio Público Municipal (Avenida Geogenor Chaves Barbalho), medindo 142,86m (cento e quarenta e dois e oitenta e seis) metros;
AO S U L: Patrimônio Público Municipal (estrada carroçável), medindo 142,86m (cento e doze e oitenta e seis metros);
AO LESTE: Patrimônio Público Municipal (com Projeto de Lei para doação a Empresa Meio Dia), medindo 280,00m (duzentos e oitenta metros), e
AO OESTE: Empresa Produalvo, Indústria e Comércio LTDA, com matricula nº 3.190, medindo 280,00m (duzentos e oitenta metros).

Artigo 2º. A doação ora autorizada, far-se-á mediante competente Escritura Pública, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goianinha/RN, com a finalidade de ser construída indústria, fábrica ou outro empreendimento comercial.

Artigo 3º. Constituirá a cláusula resolutória da doação ora autorizada, o compromisso expresso da donatária de:

I. Manter sede no Município de Goianinha/RN;
II. Manter cadastro atualizado junto à Prefeitura, sendo vedada a mudança de objeto da empresa sem a autorização do Município;
III. manter um percentual de 80% de funcionários cidadãos de Goianinha – RN;
IV. Obrigatoriedade de a empresa estar em atividade plena;
V. Utilização de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) de energia com fonte renovável do seu consumo total.

Artigo 4º. Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do respectivo instrumento público mencionado no artigo 2º desta Lei, para o início das obras de construção, as quais deverão estar concluídas dentro do prazo máximo de 18 (dezoito meses) meses a contar da publicação desta Lei.

§ 1º. O instrumento público mencionado no artigo 2º desta Lei deverá ser protocolado para sua lavratura dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta.

§ 2º. Constatando o donatário que por situações alheias, não conseguiria cumprir os prazos fixados no *caput* deste artigo poderá requerer a dilatação de prazo por igual período, no entanto este pedido de dilatação terá que passar, obrigatoriamente, pela ratificação do Plenário deste Poder Legislativo.

§ 3º. Caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca, em segundo grau, em favor do doador, devendo o instrumento ser formalizado e registrado, na mesma data do registro da hipoteca, em favor do agente financiador.

Artigo 5º - Reverterá ao Patrimônio da Municipalidade, o imóvel objeto da doação a ser outorgada, desde que a donatária dê ao imóvel destinação diversa da prevista nesta Lei, ou descumpra as condições estabelecidas, perdendo, nesses casos, as benfeitorias de quaisquer naturezas, que ficarão incorporadas ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização de quaisquer espécies.

§ 1º. A Empresa **Avelino Irmãos e Construções – LTDA.**, com a presente doação ficará obrigada a enviar, trimestralmente, Relatório a esta Câmara Municipal, constatando como se encontra a situação da mesma, com relação a efetivação de sua unidade, as licenças ambientais e edificação e cópia da relação de seu quadro funcional.

§ 2º. O não cumprimento desta determinação por parte da Empresa implicará na suspensão das suas atividades no Município de Goianinha/RN, por determinado tempo, até que que seja atendida essa exigência.

Artigo 6º. De conformidade com as disposições desta Lei, a partir do registro imobiliário da correspondente escritura de que trata o artigo 2º, a donatária fruirá plenamente da área de

terreno doada para os fins ali estabelecidos, e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Artigo 7º. As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário, exceção feita às referentes à escritura pública e demais custas a elas inerentes, que serão suportadas pela donatária.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL
GOIANINHA

AUTOR: Chefe do Executivo Municipal

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN _____de _____ de _____

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita

LEI N.º /2021

Dispõe sobre a doação de bem imóvel do Patrimônio Municipal no Polo Industrial "Geraldo Rocha e Silva" para a **Empresa Avelino Irmãos Construções Ltda.**, e dá outras providências.

HOSANIRA GALVÃO, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

FAÇO SABER a Câmara Municipal de Goianinha/RN **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a doar a Empresa **Avelino Irmãos e Construções - LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.195.810/0001-09, com sede social na Avenida Geogenor Chaves Barbalho, nº 1.421, Distrito Industrial - Goianinha/RN, uma área de terreno de 40.000,801m² (quarenta mil, e oitenta metros quadrados), perfazendo um perímetro de 845,72 m² (oitocentos e quarenta e cinco, setenta e dois metros quadrados), sem benfeitorias, com matrícula n.º 2.121, situado às margens da Avenida Geogenor Chaves Barbalho, com as seguintes medidas e confrontações:

AO NORTE: Patrimônio Público Municipal (Avenida Geogenor Chaves Barbalho), medindo 142,86m (cento e quarenta e dois e oitenta e seis) metros;
AO S U L: Patrimônio Público Municipal (estrada carroçável), medindo 142,86m (cento e doze e oitenta e seis metros);
AO LESTE: Patrimônio Público Municipal (com Projeto de Lei para doação a Empresa Meio Dia), medindo 280,00m (duzentos e oitenta metros), e
AO OESTE: Empresa Produalvo, Industria e Comércio LTDA, com matricula nº 3.190, medindo 280,00m (duzentos e oitenta metros).

Artigo 2º. A doação ora autorizada, far-se-á mediante competente Escritura Pública, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goianinha/RN, com a finalidade de ser construída indústria, fábrica ou outro empreendimento comercial.

Artigo 3º. Constituirá a cláusula resolutória da doação ora autorizada, o compromisso expresso da donatária de:

I. Manter sede no Município de Goianinha/RN;
II. Manter cadastro atualizado junto à Prefeitura, sendo vedada a mudança de objeto da empresa sem a autorização do Município;
III. manter um percentual de 80% de funcionários cidadãos de Goianinha – RN;
IV. Obrigatoriedade de a empresa estar em atividade plena;
V. Utilização de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) de energia com fonte renovável do seu consumo total.

Artigo 4º. Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do respectivo instrumento público mencionado no artigo 2º desta Lei, para o início das obras de construção, as quais deverão estar concluídas dentro do prazo máximo de 18 (dezoito meses) meses a contar da publicação desta Lei.

§ 1º. O instrumento público mencionado no artigo 2º desta Lei deverá ser protocolado para sua lavratura dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta.

§ 2º. Constatando o donatário que por situações alheias, não conseguiria cumprir os prazos fixados no *caput* deste artigo poderá requerer a dilatação de prazo por igual período, no entanto este pedido de dilatação terá que passar, obrigatoriamente, pela ratificação do Plenário deste Poder Legislativo.

§ 3º. Caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca, em segundo grau, em favor do doador, devendo o instrumento ser formalizado e registrado, na mesma data do registro da hipoteca, em favor do agente financiador.

Artigo 5º - Reverterá ao Patrimônio da Municipalidade, o imóvel objeto da doação a ser outorgada, desde que a donatária dê ao imóvel destinação diversa da prevista nesta Lei, ou descumpra as condições estabelecidas, perdendo, nesses casos, as benfeitorias de quaisquer naturezas, que ficarão incorporadas ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização de quaisquer espécies.

§ 1º. A Empresa **Avelino Irmãos e Construções – LTDA.**, com a presente doação ficará obrigada a enviar, trimestralmente, Relatório a esta Câmara Municipal, constatando como se encontra a situação da mesma, com relação a efetivação de sua unidade, as licenças ambientais e edificação e cópia da relação de seu quadro funcional.

§ 2º. O não cumprimento desta determinação por parte da Empresa implicará na suspensão das suas atividades no Município de Goianinha/RN, por determinado tempo, até que que seja atendida essa exigência.

Artigo 6º. De conformidade com as disposições desta Lei, a partir do registro imobiliário da correspondente escritura de que trata o artigo 2º, a donatária fruirá plenamente da área de

terreno doada para os fins ali estabelecidos, e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Artigo 7º. As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário, exceção feita às referentes à escritura pública e demais custas a elas inerentes, que serão suportadas pela donatária.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Goianinha/RN, 20 de dezembro de 2021.

JEAN NASCIMENTO DE ALBUQUERQUE - Presidente

DIÓGENES IZIDRO ROSA **- Primeiro Secretário**

SÍLVIO ALVES FERREIRA **- Segundo Secretário**